

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.386 - RJ (2019/0002339-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ANTONIO F. MURTA FILHO E OUTRO(S)
RECORRIDO : CÉSAR FERNANDES BORGES
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS FILHO - RJ063108

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. RECURSO ESPECIAL DO ESTADO DO RJ AO QUAL SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão do TJRJ, assim ementado:

Apelação Cível. Ação de Revisão de Proventos c/c Cobrança. Pretensão à complementação dos proventos de Servidor Público, em razão das perdas ocorridas pela utilização pelo Estado, por ocasião da conversão da moeda para novo padrão monetário nacional (URV) em 1994. Sentença de improcedência. Entendimento consagrado pelo STF e STJ de que as regras de conversão de cruzeiro real para URV, constantes da Lei 8.880/94, são de ordem pública e de aplicação imediata, alcançando todos os servidores públicos, devendo-se considerar a data do efetivo pagamento. Prescrição das prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação. Recurso provido.

2. Opostos Embargos de Declaração pelo ora recorrente, aquele Colegiado os rejeitou.

3. Em Apelo Especial, sustenta a recorrente violação aos arts. 535, II, 371, 373, I, 374, I do CPC/1973, 22 da Lei 8.880/1994 e 1o. do Decreto 20.910/1932. Aduz que: a) o Tribunal de origem não apreciou todos os argumentos e itens de divergência; (b) ocorreu cerceamento de defesa em razão da desconsideração das provas

produzidas pelo recorrente; (c) incabível a repartição do ônus da prova; (d) os autores sempre receberam seus vencimentos após o mês de referência, no primeiro dia após o mês trabalhado; (e) inexistência de defasagem nos vencimentos; e (f) tendo em vista a data da propositura da ação, entende pela prescrição do direito.

4. É o relatório.

5. Inicialmente, constata-se que o Tribunal *a quo*, ao contrário do alegado, manifestou-se fundamentadamente a respeito de todas as questões postas à sua apreciação, tendo decidido, entretanto, contrariamente aos interesses do Recorrente que buscou, com os Embargos de Declaração, a reapreciação do mérito da causa. Logo, em virtude da não ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade, não se verifica a aludida ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

6. Verifica-se que o acórdão recorrido está em consonância com entendimento jurisprudencial do STJ de que, nas demandas em que se busca o reconhecimento de diferenças salariais advindas de errônea conversão da moeda, a prescrição atinge tão somente as parcelas anteriores aos 5 anos que antecederam à data da propositura da ação, nos termos da Súmula 85 do STJ, uma vez que a relação jurídica existente é de trato sucessivo, que se renova mês a mês. Nesse sentido, citem-se:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. PARCELAS DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO.

1. *Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC, na medida em que o aresto recorrido dirimiu todas as questões que lhe foram submetidas.*

2. *O Superior Tribunal de Justiça firmou o*

entendimento de que, nas hipóteses de pedido de diferenças salariais decorrentes da conversão em URV, não ocorre a prescrição do chamado fundo de direito, mas tão-somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação, ficando caracterizada relação de trato sucessivo (Súmula 85/STJ).

3. *A análise das alegações trazidas no especial, acerca da indevida inversão do ônus probatório, cerceamento de defesa ou da falta de comprovação da defasagem remuneratória, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.*

4. *Ainda que superado o referido óbice, o aresto recorrido não destoa da jurisprudência desta Corte no sentido de que somente em liquidação de sentença há de se apurar a efetiva defasagem remuneratória devida aos servidores públicos decorrente do método de conversão aplicado pelo Município em confronto com a legislação federal, de modo a evitar eventual pagamento em duplicidade e o enriquecimento sem causa (AgRg nos EDcl no REsp. 1.237.530/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, julgado em 29.5.2012, DJe 13.6.2012).*

5. *O recurso especial não pode ser conhecido no tocante à alínea c do permissivo constitucional. Isso porque o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado na forma exigida pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1o. e 2o., do RISTJ.*

6. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp. 1.564.527/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 28.3.2016).*

2 2 2

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. INDEVIDA INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. AFASTAMENTO.

1. *A questão posta nos autos cuida de hipótese de pedido de diferenças salariais decorrentes da conversão de Cruzeiros Reais para URV, em que não se opera a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, por configurar relação de trato sucessivo, conforme disposto na*

Súmula 85/STJ.

2. *Com o afastamento da prescrição total, não há falar em inversão dos ônus sucumbenciais, pois serão arbitrados pelo Tribunal a quo, quando da apreciação do mérito da controvérsia. Agravo regimental parcialmente provido, apenas para afastar a inversão dos ônus sucumbenciais (AgRg no REsp. 1.518.052/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 19.5.2015).*

7. Quanto ao mais, o acórdão recorrido não destoia do entendimento firmado por Esta Corte, no julgamento do REsp. 1.101.726/SP, sob o regime dos recursos repetitivos, qual seja, o de que, considerando a competência privativa da União para legislar sobre o sistema monetário, é obrigatória a observância pelos Estados e Municípios dos critérios previstos na Lei Federal 8.880/1994, para a conversão em URV dos vencimentos e dos proventos de seus Servidores.

8. Entretanto, no mesmo julgado, ficou decidido que os Servidores, cujos vencimentos eram pagos antes do último dia do mês têm direito à conversão dos vencimentos de acordo com a sistemática estabelecida pela Lei 8.880/1994, adotando-se a URV da data do efetivo pagamento nos meses de novembro de 1993 a fevereiro de 1994.

9. Por oportuno, confira-se a ementa do referido julgado:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO COMO VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NOTÓRIA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL 8.880/94. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. COMPENSAÇÃO COM OUTROS REAJUSTES. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA DISTINTA.

1. *Se nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a conseqüente demonstração do que consistiu a eventual ofensa à*

Superior Tribunal de Justiça

legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório, com o não conhecimento do recurso no que toca à alínea a do permissivo constitucional.

2. *De acordo com entendimento firmado por este Superior Tribunal de Justiça é obrigatória a observância, pelos Estados e Municípios, dos critérios previstos na Lei Federal 8.880/94 para a conversão em URV dos vencimentos e dos proventos de seus servidores, considerando que, nos termos do artigo 22, VI, da Constituição Federal, é da competência privativa da União legislar sobre o sistema monetário. Divergência jurisprudencial notória.*

3. *Os servidores cujos vencimentos eram pagos antes do último dia do mês têm direito à conversão dos vencimentos de acordo com a sistemática estabelecida pela Lei 8.880/94, adotando-se a URV da data do efetivo pagamento nos meses de novembro de 1993 a fevereiro de 1994.*

4. *Reajustes determinados por lei superveniente à Lei 8.880/94 não têm o condão de corrigir equívocos procedidos na conversão dos vencimentos dos servidores em URV, por se tratarem de parcelas de natureza jurídica diversa e que, por isso, não podem ser compensadas.*

5. *Recurso especial conhecido em parte e provido (REsp. 1.101.726/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 14.8.2009).*

10. Sobre o cerceamento de defesa, o Tribunal de origem consignou, com base nos elementos constantes dos autos, que a parte recorrente não promoveu provas a contento. Assim, é de ser mantida a conclusão, porquanto o revolvimento dessa matéria, em sede de recorribilidade extraordinária, demandaria a análise de fatos e provas, procedimento impossível em sede de Recurso Especial.

11. Diante do exposto, dá-se parcial provimento ao Recurso Especial, apenas para declarar que a base de cálculo do valor a ser considerado para fins de execução do título judicial deve ser formada a partir da remuneração que a parte recorrida

eventualmente tenha recebido no final do mês da conversão, conforme o entendimento firmado por Esta Corte, no julgamento do REsp. 1.101.726/SP.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR